GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

Às quatorze horas do dia 6 de maio de 2025, reuniu-se, ordinariamente, a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais – TARF, do Distrito Federal, por videoconferência, sob a Presidência da Sr.ª Presidente Vânia Nascimento de Castro, e presentes os Srs. (as) Conselheiros Giovani Leal da Silva, Manoel Antonio Curcino Ribeiro, Marta da Silveira, Júlio Cezar Nascimento de Abreu, Solange Leite de Menezes e a Conselheira Suplente Joicy Leide Montalvão de Almeida, bem como, a Sr.ª Representante da Fazenda, Procuradora Nayara Sepulcri de Camargo Pinto. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Guilherme Salles Moreira Rocha, sendo substituído pela Conselheira Suplente Joicy Leide Montalvão. Inicialmente, foi aprovada a ata da sessão anterior, compartilhada previamente com os Conselheiros e a Representação Fazendária. Assim, os recursos foram apregoados na ordem que segue: **PARA PROSEGUIMENTO DE JULGAMENTO:** a) **Processo nº 00040-00000681/2019-85**, Tributo ICMS, RV 132/2022, Recorrente CIPLAN CIMENTO PLANALTO S.A., Advogado Luiz Gustavo Rocha Oliveira Rocholi OAB/MG 72.002, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procuradora Nayara Sepulcri de Camargo Pinto, Relatora Conselheira Marta da Silveira. (Os autos estavam com vistas ao Conselheiro Giovani Leal da Silva). O Patrono da Recorrente, Geraldo Mascarenhas OAB/DF 17.828, acompanhou a sessão de julgamento. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: **acorda a 1ª Câmara do TARF, à unanimidade, em conhecer do recurso, para, à maioria de votos, negar-lhe provimento, nos termos da sua declaração de voto.** Foi voto vencido o da Conselheiro Relatora, que votou pelo conhecimento e provimento do recurso, sendo acompanhada pelo Conselheiro Manoel Antonio Curcino Ribeiro. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Guilherme Salles Moreira Rocha, sendo substituído pela Conselheira Suplente Joicy Leide Montalvão. Redator para o acórdão, o Conselheiro Giovani Leal da Silva; b) **Processo nº 0040-004420/2011**, Tributo ICMS, RV 230/2022, Recorrente R T DE AQUINO MERCADO ME, Advogado Edson Tomaz de Aquino OAB/DF 31.502, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procurador Ricardo Hideaki Ono, Relator Conselheiro Júlio Cezar Nascimento de Abreu (Os autos estavam com vistas ao Conselheiro Manoel Antonio Curcino Ribeiro) Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: **acorda a 1ª Câmara do TARF, à unanimidade, em conhecer do recurso, para, à maioria de votos, darr-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Conselheiro Relator, que se reposicionou adotando os fundamentos declaração de voto do Conselheiro Manoel Antonio Curcino Ribeiro.** Foi voto vencido o do Conselheiro Giovani Leal, que votou pelo conhecimento e provimento do recurso. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Guilherme Salles Moreira Rocha, sendo substituído pela Conselheira Suplente Joicy Leide Montalvão. Redator para o acórdão, o Conselheiro Relator; **2. PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:** c) **Processo nº 0040-004429/2011**, Tributo ISS, RV 38/2023, Ata da sessão de 6 de maio de 2025 - 1ª Câmara

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

Recorrente LOGGAM LOCACAO DE BENS MOVEIS LTDA atual denominação de LOGGAM LOGISTICA E GESTÃO EM ATENDIMENTO MÓVEL LTDA, Advogado Bruno Ladeira Junqueira OAB/DF 40.301, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procurador Eduardo Parente dos Santos Vasconcelos, Relator Conselheiro Júlio Cezar Nascimento de Abreu. **A Representação Fazendária opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso, e, recomendou a redução da multa de ofício, conforme Lei. 6.900/2021.** Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: **acorda a 1ª Câmara do TARF, à unanimidade, em conhecer do recurso, para, à unanimidade, dar-lhe provimento parcial tão-somente para reduzir, de ofício, a multa de 100% para 50%, conforme Lei 6.900/2021, nos termos do voto do Conselheiro Relator.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Guilherme Salles Moreira Rocha, sendo substituído pela Conselheira Suplente Joicy Leide Montalvã. Redator para o acórdão o do Conselheiro Relator; **d) Processo nº 00040-00010234/2019-34, Tributo ICMS, RV 30/2022, Recorrente REI DE OURO MUDANÇAS E TRANSPORTES EIRELI , Advogada Raiana Vidigal de Paiva OAB/DF 37.390, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procurador Nilson Hebert Nunes Pontes, Relatora Conselheira Marta da Silveira. **A Representação Fazendária opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso,e, recomendou a redução da multa de ofício, conforme Lei. 6.900/2021.** Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: **acorda a 1ª Câmara do TARF, à unanimidade, em conhecer do recurso, para, à unanimidade, dar-lhe provimento parcial tão-somente para reduzir, de ofício, a multa de 100% para 50%, conforme Lei 6.900/2021, e determinar a atualização do crédito tributá, nos termos do voto da Conselheira Relatora.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Guilherme Salles Moreira Rocha, sendo substituído pela Conselheira Suplente Joicy Leide Montalvão. Redatora para o acórdão a Conselheira Relatora; **e) Processo nº 00040-00060862/2018-80, Tributo ICMS, RV 214/2022, Recorrente FABIO L DA SILVA PRODUTOS METÁLICOS LTDA ME, Advogado Adoniran Pedroso de Oliveira OAB/PR 19.147, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representantes da Fazenda Procuradores Nayara Sepulcri de Camargo Pinto, Vinícius Rocha Braga Lessa, Ricardo Hideaki Ono, Nilson Hebert Nunes Pontes, Eduardo Parente dos Santos Vasconcelos e Guilherme Pereira Dolabella Bicalho, Relatora Conselheira Solange Leite de Menezes. **A Representação Fazendária opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso, e, recomendou a redução da multa de ofício, conforme Lei. 6.900/2021.** Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: **acorda a 1ª Câmara do TARF, à unanimidade, em conhecer do recurso, para, à unanimidade, dar-lhe provimento parcial tão-somente para reduzir, de ofício, a multa de 200% para 100%, conforme Lei 6.900/2021, nos termos do voto da Conselheira Relatora.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Guilherme Salles Moreira Rocha, sendo****

Ata da sessão de 6 de maio de 2025 - 1ª Câmara

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

substituído pela Conselheira Suplente Joicy Leide Montalvão. Redatora para o acórdão a Conselheira Relatora. Esgotada a pauta, foram conferidas e aprovadas as ementas de acórdãos referentes aos seguintes recursos: RV 249/2022 (Ac. 71/2025), RV 216/2022 (Ac. 72/2025), RV 239/2022 (Ac. 73/2025), RV 38/2023 (Ac. 74/2025), RV 25/2023 (Ac. 75/2025), RV 278/2022 (Ac. 76/2025) e RV 225/2022 (Ac. 77/2025). No momento destinado a indicações e propostas, nenhum dos Conselheiros quis se manifestar. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, a Sr.^a Presidente encerrou a sessão, convocando outra para o dia 08 de maio de 2025, quinta-feira, às quatorze horas e, por nada mais constar, eu, Alessandra Duarte, lavrei a presente ata, que será disponibilizada no SEI/DF para assinatura dos participantes desta sessão de julgamento.

VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Presidente

NAYARA SEPULCRI DE CAMARGO PINTO
Procuradora

GIOVANI LEAL DA SILVA
Conselheiro

MANOEL ANTONIO CURCINO RIBEIRO
Conselheiro

MARTA DA SILVEIRA
Conselheira

JÚLIO CEZAR NASCIMENTO DE ABREU
Conselheiro

SOLANGE LEITE DE MENEZES
Conselheira

JOICY LEIDE MONTALVÃO DE ALMEIDA
Conselheira Suplente